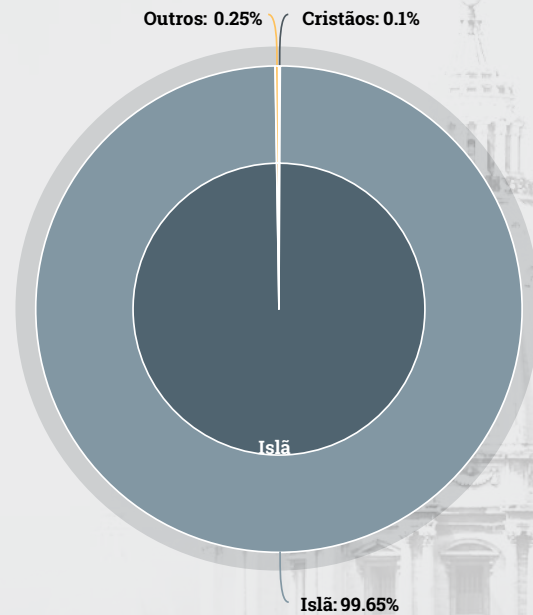


# Marrocos



Marrocos é uma monarquia hereditária governada por uma dinastia sunita estabelecida há séculos. O monarca reinante é o Rei Maomé VI. Foi considerado como descendente do Profeta Maomé. Mais de 99% da população do país é constituída por muçulmanos sunitas da Escola Maliki-Ashari. Outros grupos religiosos, incluindo judeus, constituem menos de 1% da população. A comunidade judaica é muito antiga e a maioria deixou o país depois da criação do Estado de Israel. Os líderes comunitários calculam que o número de judeus é no máximo de 4.000 crentes, com a maioria vivendo em Casablanca.

A Igreja Católica calcula que o número de cristãos de todas as denominações seja cerca de 25 mil crentes. Outras fontes avançam como número de apenas 5 mil crentes. A vasta maioria dos cristãos são estrangeiros. Usam as igrejas construídas durante o protetorado francês em vigor até 1956. Não é claro quantos cidadãos muçulmanos se converteram ao Cristianismo. Alguns consideram que este número chega aos 8 mil. Há pequenos grupos xiitas e bahá'í vivendo no país.

## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

De acordo com a Constituição marroquina, Marrocos é um estado soberano muçulmano. O artigo 3º diz: "O Islamismo é a religião do Estado, que garante a todos o livre exercício

do culto."<sup>[1]</sup> A Constituição proíbe, por isso, que os partidos políticos, os parlamentares ou as revisões constitucionais infringam o Islã.<sup>[2]</sup>

O artigo 41º diz que o Rei Amir Al Mouminin é o "Comandante dos Crentes, aquele que garante o respeito pelo Islã e o livre exercício das crenças. Ele preside o Conselho Superior dos Ulemas, encarregados de estudar as questões que o Rei lhes submete. O Conselho é a única entidade capaz de comentar sobre as consultas religiosas (*fatwas*) antes destas serem oficialmente acordadas, sobre as questões que lhe foram remetidas. E isto com base nos princípios, preceitos e conceitos tolerantes do Islã. As atribuições, a composição e as modalidades de funcionamento do Conselho são estabelecidas por *Dahir* [decreto real]."

O proselitismo realizado por não muçulmanos entre a população muçulmana é totalmente proibido.<sup>[3]</sup> A distribuição de materiais religiosos não islâmicos é também proibida.<sup>[4]</sup>

O artigo 220º do Código Penal Civil prevê uma pena de seis meses a três anos de prisão, mais uma multa da 100 a 500 dirhams (cerca de 12€) para cada pessoa que use de "meios de sedução com o objetivo de converter um muçulmano a

[1] [http://www.constitutionnet.org/files/morocco\\_eng.pdf](http://www.constitutionnet.org/files/morocco_eng.pdf)

[2] Ver Marrocos no Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014, Departamento de Estado Norte-Americano.

[3] [http://www.iirf.eu/index.php?id=249&no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=248&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=4917](http://www.iirf.eu/index.php?id=249&no_cache=1&tx_ttnews%5BbackPid%5D=248&tx_ttnews%5Btt_news%5D=4917)

[4] Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014, Departamento de Estado Norte-Americano.

outra religião, seja através da exploração das suas fraquezas ou necessidades, seja usando estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, lares de idosos ou orfanatos para este fim”.

Os pastores evangélicos em particular viram recusado o direito de entrada no país ou foram deportados no passado. Há relatos de casos semelhantes durante o período deste relatório.<sup>[5]</sup>

A conversão voluntária não é crime no âmbito dos códigos penal ou civil.<sup>[6]</sup> Contudo, houve casos relatados que incluem um marroquino convertido ao Cristianismo que foi detido.<sup>[7]</sup> Marrocos não impõe a pena de morte aos apóstatas do Islamismo no âmbito das disposições do seu Código Penal. No entanto, em abril de 2013, o Conselho Supremo dos Acadêmicos Religiosos emitiu um decreto religioso (*fatwa*) dizendo que os muçulmanos marroquinos que abandonarem o Islamismo devem ser condenados à morte.<sup>[8]</sup> Por enquanto, o Governo ainda não deu seguimento à *fatwa*.

A lei marroquina que criminaliza a blasfêmia tornou-se cada vez mais restrita durante o período em análise.<sup>[9]</sup> O artigo 219º da lei prevê o “encarceramento de um a cinco anos” contra quem seja culpado de “minar”, “ofender” ou “insultar” Deus e os profetas por qualquer meio. O artigo 223º estabelece uma condenação de seis meses a dois anos de prisão para os que vandalizarem locais de culto ou textos religiosos sagrados.<sup>[10]</sup>

As questões jurídicas pessoais para os cidadãos muçulmanos são regulamentadas pela interpretação da lei da *sharia*. Os cidadãos muçulmanos do sexo masculino podem casar-se com mulheres não muçulmanas, mas as mulheres muçulmanas não podem casar-se com homens não muçulmanos. Os judeus têm tribunais rabínicos que supervisionam as suas questões jurídicas pessoais como o casamento ou as heranças.

Quebrar o jejum do Ramadã em público é um crime punível pelo Código Penal com seis meses de prisão e uma multa de até 500 dirhams.

[5] [http://www.iirf.eu/index.php?id=249&no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=248&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=4917](http://www.iirf.eu/index.php?id=249&no_cache=1&tx_ttnews%5BbackPid%5D=248&tx_ttnews%5Btt_news%5D=4917)

[6] <http://www.morocoworldnews.com/2015/07/162856/there-is-no-law-that-punishes-apostasy-moroccan-minister/>

[7] <https://www.opendoorsusa.org/takeaction/pray/tag-prayer-updates-post/morocco-christian-arrested/>

Ver também: <http://www.morocoworldnews.com/2015/01/149976/morocco-christian-convert-arrested-in-fez/>.

[8] [http://www.loc.gov/law/help/apostasy/#\\_ftn54](http://www.loc.gov/law/help/apostasy/#_ftn54)

[9] <http://www.morocoworldnews.com/2015/04/155330/morocco-toughens-law-against-blasphemy-sexual-harassment/>

[10] <http://www.morocoworldnews.com/2015/04/155330/morocco-toughens-law-against-blasphemy-sexual-harassment/>

## INCIDENTES

Tanto o Governo como a sociedade agem para restringir a liberdade religiosa dos cidadãos. Mas tem havido alguns sinais encorajadores.

Em setembro de 2014, um tribunal de recurso na cidade de Fez anulou uma condenação de um cristão convertido do Islamismo por falta de provas. O homem tinha sido condenado a trinta meses de prisão por proselitismo. Mohamed El Baladi, de 31 anos, foi detido em 28 de agosto de 2014 na vila de Ain Aicha (província de Taounate), a cerca de 80km de Fez, por acusações de proselitismo depois de ter sido acusado de tentar pressionar dois jovens muçulmanos a converterem-se. A polícia invadiu a sua casa, onde apreendeu vários CD cristãos, livros e revistas. Durante a confusão, insultaram El Baladi por abandonar o Islamismo e tentaram forçá-lo a revelar os nomes de outros convertidos ao Cristianismo. Mais tarde, foi revelado que a acusação de proselitismo tinha vindo do tio de El Baladi, que se opunha à sua conversão ao Cristianismo. Em 3 de setembro, um tribunal em Taounate condenou El Baladi a trinta meses de prisão e a uma multa de 1.500 dirhams (cerca de 162 €). Grupos de direitos humanos criticaram firmemente a decisão, porque ao acusado foi negado o direito a aconselhamento jurídico e porque recebeu uma multa que excedia o máximo permitido por lei. A pena por violar o Código Penal de Marrocos é de seis meses a três anos de prisão e as multas vão até 500 dirhams. El Baladi acabou conseguindo demonstrar que a sua conversa com os dois jovens muçulmanos não se destinava a convertê-los, mas sim a explicar as razões da sua conversão.<sup>[11]</sup> Houve outros casos de interrogatórios de suspeitos de conversão do Islamismo pela polícia.<sup>[12]</sup>

Durante o período em análise, o Governo expulsou muitos cristãos evangélicos do país, depois de os acusar de proselitismo. Em particular, foram deportados pastores evangélicos e voluntários. Durante dez anos, cristãos estrangeiros geriram um orfanato chamado *Village of Hope* [Aldeia da Esperança] nas encostas das Montanhas Atlas, acolhendo crianças marroquinas abandonadas e educando-as nas suas casas. Mas foram necessárias apenas umas horas em agosto de 2014 para que as autoridades marroquinas desfizessem as famílias de acolhimento. A polícia reuniu os dezesseis voluntários estrangeiros e os seus filhos biológicos numa sala de conferências e disse-lhes que tinham de abandonar imediatamente o país. As trinta e três crianças marroquinas a seu cargo ficaram sabendo que iam ser deixadas ali. O Ministério do Interior alega que o grupo “explorou a pobreza de algumas famílias e tomou como alvo os seus filhos menores”, violando as normas de tutela e infringindo as leis marroquinas que proíbem o proselitismo de muçulmanos. Os líderes cristãos no Marrocos dizem que as deportações fazem parte de uma campanha nacional que é um sinal de uma nova postura de dureza contra os evangelizadores estrangeiros que foram tolerados durante anos. O administrador do

[11] <http://www.asianews.it/news-en/Christian-convert-from-Islam-exonerated-from-charges-of-proselytising-30268.html>

[12] <http://adlr.org/2015/03/10/n-e-marruecos-detiene-a-un-joven-sospechoso-de-hacerse-cristiano/>

orfanato, Chris Broadbent, da Nova Zelândia, disse ao pessoal que nunca tinha tentado converter ninguém e afirmou que o orfanato tinha seguido as mesmas políticas desde que tinha aberto há uma década atrás: as crianças aprendiam o Corão na escola, mas eram criadas por pais cristãos. Os que foram expulsos vinham dos Países Baixos, do Reino Unido, da Nova Zelândia, da África do Sul, do Brasil e dos Estados Unidos.<sup>[13]</sup>

Em dezembro de 2014, a Comissão de Cinema de Marrocos, que faz parte do Ministério das Comunicações, proibiu o filme de Hollywood *Exodus: Deuses e Reis* de ser exibido nas salas de cinema, citando a proibição islâmica de representação da imagem de Deus. Alguns membros do Governo criticaram a proibição, tal como o fez a associação de cineastas de Marrocos.<sup>[14]</sup>

Em abril de 2015, o Ministério do Interior anunciou a detenção de quatro pessoas no Saara Ocidental depois de terem publicado uma *fatwa* a autorizar que se queimasse viva uma pessoa que eles acusavam de rejeitar o Islã. O ministério disse que os quatro membros de uma “célula terrorista” detidos na principal cidade do território disputado, Laayoune, tinham planejado “realizar crimes terroristas perigosos” em Marrocos. Disse ainda que uma investigação tinha revelado a “total aceitação” por parte dos suspeitos da agenda do grupo autodenominado Estado Islâmico (EI).<sup>[15]</sup>

Em novembro de 2015, a polícia marroquina deteve quatro pessoas suspeitas de pertencerem a uma célula militante ligada ao grupo militante EI. Cerca de 1.500 cidadãos marroquinos estavam combatendo com grupos armados na Síria e no Iraque. As autoridades disseram anteriormente nesse ano que 220 tinham regressado a casa e tinham sido detidos e que 286 tinham sido mortos.<sup>[16]</sup> O Departamento de Estado Norte-Americano disse que apreciava a liderança do Marrocos no combate ao extremismo violento e que acolhia a criação do Instituto Mohammed VI de Formação de Imãs e Pregadores de Marrocos e de outros países africanos, árabes e europeus.<sup>[17]</sup>

Em janeiro de 2016, uma grande conferência de académicos muçulmanos foi realizada em Marrakesh para promover os direitos das minorias religiosas nos países muçulmanos. Foi assinado em 27 de janeiro um apelo ao desenvolvimento de jurisprudência islâmica sobre o conceito de cidadania, inclusive de todos os grupos, pelos 250 académicos islâmicos reunidos em Marrakesh. A iniciativa surgiu por convite do Ministério da Promoção e dos Assuntos Islâmicos do Marrocos e do Fórum para a Promoção da Paz nas sociedades islâmicas, com sede nos Emirados Árabes Unidos.<sup>[18]</sup>

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A luta do Governo contra o terrorismo jihadista arrisca-se a minar a sua credibilidade que está centrada no Islã. Com uma mudança evidente na sociedade no sentido do conservadorismo islâmico, os especialistas dizem que “a direção geral do país não combina com a ideia de que Marrocos está fazendo um esforço para desenraizar as ideologias extremistas”. O especialista marroquino em ciência política, Abdeslam Maghraoui, continua: “Marrocos está claramente se tornando mais conservador e o Governo não sabe como lidar com isso.”<sup>[19]</sup>

[13] [http://www.hrwf.net/images/forbnews/2014/Morocco\\_2014.pdf](http://www.hrwf.net/images/forbnews/2014/Morocco_2014.pdf)

[14] <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/morocco> (acessado em Abril de 2016).

[15] <http://www.capitalfm.co.ke/news/2015/04/morocco-arrests-four-over-burning-alive-fatwa/>

[16] <http://timesofoman.com/article/71831/World/Middle-East/Morocco-arrests-four-militants-with-links-to-IS-militant-group-planning-to-carry-out-attacks-using>

[17] <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2015/04/240531.htm>

[18] <http://www.fides.org/en/news/59284#.Vq-A350weM8>

[19] <http://www.usnews.com/news/articles/2015/04/16/moroccan-government-delves-into-citizens-religious-lives-to-purge-extremism>